

«O PUNHAL DA CALÚNIA MUITAS
VEZES É MAIS CRUEL QUE O PU-
NHOL DE ASSASSINO».

CALDAS AULETE

A VOZ DE LOULÉ

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

(Preço avulso: 6\$00 N.º 774

Ano XXVII

17/4/1980

Composição e impressão
«GRAFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETARIO

José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração

Telef. 6 25 36

LOULÉ

O PROBLEMA DA IMPRENSA EM PORTUGAL CONTINUA A AGRAVAR-SE QUANDO É FÁCIL RESOLVÊ-LO!

A situação da imprensa portuguesa caracteriza-se pela existência de duas correntes totalmente diferentes:

1. A Imprensa estatizada, cuja actividade era próspera e lucrativa antes das nacionalizações (caso do Diário de Notícias e do Jornal de Notícias, ambos com larga soma de investimentos antes do 25 de Abril

em edifícios e parque gráfico) mas se converteu em exploração altamente ruinosa, em especial o «Diário de Notícias» que dá um prejuízo diário de 1000 contos.

2. A imprensa não estatizada, que já deu provas de poder manter-se pelos seus próprios meios, desafogadamente, sem (continua na pág. 2)

EVOCACÃO DUM LITÍGIO DE SAMBRASENSES E LOULETANOS...

Pedro de Freitas imortalizou no seu livro «Quadros de Loulé Antigo», um diferendo histórico vivido intensamente entre louletanos e sambrasenses, a propósito ou despropósito, do ramal ou desvio do caminho de ferro, na primeira metade do século XX. São páginas emotivas, da combatividade política, entre paixões e rivalidades exacerbadas ao rubro. Os nossos avós primaram em manter verdadeira guerra fria no espaço de três décadas.

Os tempos rolaram, o caminho de ferro foi parcialmente ultrapassado pela rede de camionagem de carga e passageiros, e, creio que hoje, as sagradas reivindicações de ambas as partes, vistas objectivamente mereciam um comentário apropriado: se a guerra fria tivesse sido luta comum, ambos teriam colhido os magníficos frutos que mereciam!

Figuram ilustres que jazem no campo da eternidade, luta-

vam pelos seus ideais, fé e carolice, procurando vencer todos os obstáculos com veemente pertinácia a favor da causa comum: o torrão natal! Neste (continua na pág. 7)

A AD PROMETE E CUMPRE...

Nível de vida liberta-se da asfixia dos governos eanistas-socialistas

Embora se sinta que o Governo AD não imprimiu ainda à política governativa o ritmo acelerado que se desejava — até pelos entraves e barreiras desencadeados pelos comunistas e socialistas em mais um conluio que submete o país a ondas sucessivas de greves inúteis, mas que redundam em centenas de milhar de contos de prejuí-

EM ALBUFEIRA CONFERÊNCIA sobre propriedade horizontal

(VER PÁGINA 5)

PROBLEMAS DO AEROPORTO DE FARO tratados na Assembleia da República

(VER PÁGINA 5)

O Instituto de Investimento Estrangeiro vem ao Algarve

em acção de esclareci-
mentos

No dia 29 de Abril em
Albufeira

(VER PÁGINA 8)

A MARINA DE VILAMOURA será cenário admirável dos Jogos sem Fronteiras

A 27 de Maio, 250 milhões de telespectadores assistirão directamente de Vilamoura, aos populares «Jogos sem Fronteiras», cujo custo, desta edição, rondará os cinquenta milhões de es-

cudos, segundo revelou o presidente da Comissão Regional de Turismo do Algarve.

Oito equipas de televisão da Europa farão a cobertura, atra- (continua na pág. 4)



Bela panorâmica da Marina de Vilamoura, cujas imagens vão ser largamente divulgadas pela Eurovisão

O CONGRESSO DO ALGARVE TEM CARIMBO COMEMORATIVO

Está a despertar o maior interesse a próxima realização do I Congresso Nacional sobre o Algarve, organizado pelo Rascal Clube e que decorrerá nos dias 9 a 11 de Maio no Salão de Conferências da Aldeia das Açoiteias.

Versando um conjunto de temas ligados à problemática do desenvolvimento do Algarve nos domínios da Cultura, Ciência e Educação, da Saúde e Meio Ambiente e de Economia (agricultura, pescas, infraestruturas, (continua na pág. 3)

A LOULETANA LÍDIA JORGE um valor novo na literatura portuguesa

Lídia Guerreiro Jorge é o seu nome completo. Boliqueime é a terra da sua naturalidade. Consideramo-la, portanto, louletana por nascimento. Tem apenas

34 anos de idade. Fez o curso liceal em Faro e licenciou-se em Lisboa em Filologia Românica como bolseira da Fundação (continua na pág. 3)

Cartas ao Director A ELECTRICIDADE ainda não chegou ao Alto do Relógio

Isto não quer dizer que o relógio esteja às escuras, pois não se trata de nenhum relógio daqueles que servem para as pessoas saberem «a quantas andam». O que nós queremos dizer é que há, nos arredores de Loulé, um bonito sítio chamado Alto do Relógio (e que por sinal tem uma linda vista panorâmica) e onde a electricidade ainda não chegou... apesar de se localizar a pouco mais de 500 metros da principal estação fornecedora de electricidade de todo o Algarve.

Isto é um argumento, dum certo peso, que os seus já numerosos habitantes evocam com grande frequência para lamen-

tar a sua triste sorte de avis-tarem iluminação por todos os lados (o concelho de Faro fica (continua na pág. 3)

Temas sociais

O grave problema inflacionista

por
AMÂNCIO DO LIVRAMENTO

No estádio actual a crise alimentar vêm-se agravando quotidianamente em todos os sentidos, sem se vislumbrar medi-

das protectoras a favor do consumidor.

Vive-se nalguns casos com produtos adulterados que prejudicam o nosso organismo, originando doenças graves, às vezes até funestas.

(continua na pág. 3)

**Volta ao Algarve
em Bicicleta**
DE 30 DE ABRIL A 4 DE MAIO
(PÁGINA 6)

O PROBLEMA DA IMPRENSA EM PORTUGAL

(continuação da pág. 1)
explorar o contribuinte, vivendo de e para o público (casos do «Expresso», do «Tempo» do «Correio da Manhã», do «Diabo» etc.).

Existe uma ideia — que vem de longe, do princípio do século — sobre o carácter ruinoso da exploração de jornais. Mas tal ideia não tem fundamento, porque não se podem nem devem confundir os verdadeiros jornais, dignos deste nome, com tantas publicações que vão para a rua sem que o público se aperceba sequer da sua existência. Já em 1904, dizia João Chagas em «Homens e Factos», lapidariamente:

«O leitor perguntará naturalmente como é que existem e resistem a uma constante adversidade tão numerosos jornais.

Esses jornais existem e resistem — porque não são jornais. São órgãos de partidos, de indivíduos, de lojas, de bancos, de sindicatos, de empresas, numa palavra, de interesses que nada têm de comum com o jornalismo. Como tais, não vivem do público, que não os lê, mas do dinheiro que custam a quem os paga».

Era assim em 1904... Hoje, a situação somente se alterou no facto de que, com as nacionalizações, o Estado passou a pagar o regabofe das clientelas dos partidos. Dentro do plano de invasão dos órgãos de comunicação social, que era prioritário na estratégia dos Partidos Comunista, primeiro, e Socialista, depois, as redacções foram invadidas por plumitivos que tinham como única credencial o cartão da EUC ou da JS.

Não se pretende, logicamente, que voltem para as escolas, antes se deseja que mantenham a garantia dos seus postos de trabalho, mas nos jornais dos «partidos» que servem. O que não podem é auferir os seus ordenados sem quase nenhuma prestação de serviços, como actualmente acontece à conta do Es-

tado, isto é, dos nossos impostos pagos com tantos sacrifícios e renúncias.

A nacionalização de jornais deve-se indirectamente à nacionalização dos bancos, que eram os seus detentores de capital ou credores maioritários. Para se normalizar a vida da imprensa em Portugal, é preciso, antes de tudo, corrigir esse erro, isto é, libertar o Estado da administração desses bancos que devem regressar à posse dos que os sonharam e ergueram, com o seu trabalho de muitos anos e a sua determinação de desabrirem e apoiarem investimentos rentáveis.

No caso do «Diário de Notícias» — o caso mais escandaloso, com o seu prejuízo diário de 1000 contos — devem estar ainda disponíveis o dr. João Dinis ou o Dr. José Gonçalves, como accionistas maioritários que eram na data de 25 de Abril.

Se eles não quiserem ou se não fôr possível restituir-lhes a empresa, considerada, com o complexo do Anuário Comercial, a maior empresa gráfica da Península Ibérica, torna-se necessário pôr em hasta pública, pela maior oferta o conjunto das actividades que ali se desenvolvem, com vista a uma exploração autónoma sem encargos para o Estado.

O autor destas linhas chegou a ser convidado para director comercial do «Diário de Notícias», antes da administração Daniel Amaral. Elaborou então um extenso documento mostrando a viabilidade de autonomia.

VENDEM-SE

Apartamentos de 3 assoalhadas em FARO ou trocam-se pelos de praias.

Trata: Manuel Bota Filipe Viegas — Vale d'Éguas — ALMANSIL — Telef. 94115.

Hotel Dona Filipa

ADMITE PESSOA RESPONSÁVEL PARA TRABALHO NOCTURNO NA RECEPÇÃO

- Bom ordenado
- Trabalho permanente
- De preferência com mais de 30 anos

Contactar o Director do Hotel pelo telefone 94141

ALMANSIL

TERRENOS ALGARVE

QUINTAS, FAZENDAS, COURELAS (C/ OU S/

CASA).

PARA TODAS AS DIMENSÕES, PREÇOS E LOCALIZAÇÕES.

COMPRA E VENDA: JOSÉ VIEGAS BOTA — R.

SERPA PINTO, 1 a 13 — TELEF. 62634 — LOULÉ.

Qualquer pessoa pode pôr em prática esse plano, que nada mais exige do que trabalho e honestidade.

Esse mesmo plano pode ser adoptado e adaptado, se necessário, a todas as outras empresas jornalísticas afectadas por uma «constante adversidade».

A solução adoptada pelo Governo AD para o caso do «Século» atinge as raízes do absurdo. Irá a mesma solução ser aplicada às empresas jornalísticas actualmente paralisadas ou em vias de paralisar?

Os grupos privados poderiam concorrer à aquisição do «Século» e pagar rendas, que o Estado cobraria, em vez de desembolsar, como actualmente acontece e mais ainda vai acontecer.

Um ponto se ter de considerar como fundamental: o envelhecimento do parque gráfico de uma maioria dos jornais da província e também de Lisboa, Porto e Coimbra. A velha rotativa que imprime o «Diário de Notícias» ameaça sucumbir, como já sucumbiu por um dia a rotativa do «Comércio do Porto».

A regeneração económica do sector da imprensa passa por um inventário rigoroso do parque gráfico que o país dispõe, pelo seu pleno aproveitamento industrial e pela adopção dos novos métodos gráficos (composição electrónica e máquinas de off-set).

Urge cobrir as necessidades de Portugal em matéria de revistas, quase totalmente extintas depois do 25 de Abril, e em livros escolares, cuja gratuitidade deveria ser garantida até ao 5.º ano, como acontece em França e até em Espanha. Porque não se mobiliza para estes objectivos o parque gráfico de tantas empresas que funcionam a menos de metade da sua capacidade industrial?

Torna-se necessário que cada terra disponha de um jornal próprio, com oficinas próprias, e existe muito material excedentário que corre o risco de se perder por falta de uso. O excesso de profissionais de imprensa actualmente existente poderia, no caso de não optarem por uma reciclagem noutras actividades, ser resolvido através da sua colocação em diferentes pontos do país de forma a dinamizar a imprensa regional.

Quando se fala de um excesso de jornais em Portugal esquece-se a insignificância dos nossos números em confronto com os da Suécia ou da Espanha, para citar apenas dois casos geograficamente ou populacionalmente semelhante ao caso português.

VICTORIANO ROSA

VALADOS
St.ª Bárbara de Nexe



BÁRBARA NUNES
BATISTA

AGRADECIMENTO

Sua família vem por este meio testemunhar a todas as pessoas que se dignaram acompanhar à última morada a sua saudosa extinta e às que, por qualquer forma, manifestaram sentimentos de pesar. Para todos os nossos agradecimentos mais sinceros.

FONSECA & OLIVEIRA, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

Notário: Licenciado Nuno
António da Rosa Pereira
da Silva

CERTIFICADO, para efeitos de publicação, que por escritura de 31 de Março findo, lavrada de fls. 124, v.º, a 126, v.º, do livro n.º C-113, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Alfredo Ledo da Fonseca e Mário Jorge de Oliveira, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade adopta a firma de «Fonseca & Oliveira, Limitada», tem a sua sede em Vilamoura, no Edifício Eurofaro, freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, e a sua duração é por tempo indeterminado, a contar de hoje.

Parágrafo único — A sociedade poderá mudar a sua sede para qualquer outra localidade, e criar e suprimir filiais, sucursais ou agências onde entenda conveniente, tudo mediante simples deliberação da Assembleia Geral.

Segundo — O seu objecto é a indústria de fabricação de gelados e o comércio de tais produtos, podendo também dedicar-se a qualquer outra actividade comercial ou industrial em que os sócios acordem e seja permitida por lei.

Terceiro — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é de quinhentos mil escudos e corresponde à soma de duas quotas de duzentos e cinquenta mil escudos, uma de cada sócio.

Quarto — Não são exigíveis prestações suplementares de capital mas os sócios poderão fazer suprimidos à sociedade mediante as condições estabelecidas por deliberação a tomar em Assembleia Geral.

Quinto — A gerência e administração da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, ficam a cargo de ambos os sócios, que desde já são nomeados gerentes, sem caução e com a remuneração que for fixada em Assembleia Geral, sendo necessárias as assinaturas dos dois sócios para obrigar a sociedade.

Parágrafo primeiro — Para os actos de mero expediente bastará a assinatura de um dos gerentes.

Parágrafo segundo — É expressamente proibido a qualquer dos gerentes usar a firma em fianças, abonações, letras de favor e outros actos estranhos aos negócios sociais.

TRESPASSA - SE

Restaurante «Quá - Qua» em Quarteira, na Rua Dr. José Joaquim Soares (a 50 metros da praia). Bom Preço.

Informa no próprio local

Sexto — Qualquer sócio poderá delegar a favor do outro, mediante procuração, todos ou determinados poderes de gerência, mas necessita do consentimento da sociedade quando pretenda delegar esses poderes em pessoa estranha à mesma sociedade.

Sétimo — A cessão de quotas, total ou parcialmente a favor de sócios é livremente permitida, mas a favor de estranhos tal cessão só poderá efectuar-se com consentimento prévio e expresso da sociedade, e ao sócio não cedente é reservado sempre o direito de preferência.

Oitavo — Em caso de morte de qualquer dos sócios, os seus herdeiros continuarão na sociedade e escolherão um de entre todos que os represente na sociedade e na gerência enquanto a quota se achar indivisa.

Nono — No caso de dissolução, os sócios serão seus liquidatários e proceder-se-á à partilha e adjudicação dos haveres sociais nas condições em que entre si acordarem.

Décimo — Dos lucros líquidos apurados anualmente, retirar-se-ão cinco por cento para o fundo de reserva legal; retirar-se-ão mais as quantias que forem votadas em Assembleia Geral para fundos especiais; e o sobranço será dividido pelos sócios na proporção das suas quotas.

Décimo primeiro — Quando a lei não exigir outras formalidades, as Assembleias Gerais serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com oito dias de antecedência, pelo menos, mas a convocação será dispensada se os sócios assinarem a respectiva acta.

Décimo segundo — Em todo o omissio regularão as disposições da Lei de onze de Abril de mil novecentos e um e mais legislação aplicável. Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 3 de Abril de 1980.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

ALEMÃO

Dá-se explicações práticas a principiantes, ao domicílio. Condições a combinar. Informa nesta redacção.

(2-1)

CABELEIREIRA PROFISSIONAL

PRECISA-SE

Pessoa qualificada para trabalhar para a Organização «Steiner» de Londres, no seu salão de cabeleireiro no Hotel Dona Filipa — Vale do Lobo — Almansil.

Favor contactar Miss Dorothy Easson, Telef. 94141 — ALMANSIL. Preferência com conhecimentos de Inglês.

(2-1)

A louletana Lúcia Jorge

(continuação da pág. 1)

ção Calouste Gulbenkian. Viveu algum tempo em Moçambique, tendo publicado poesia e conto no jornal «Notícias da Beira».

Actualmente desempenha funções no MEC, no grupo de trabalho para o ensino de português no estrangeiro. É o mais importante de tudo isto é que acabou de publicar um livro intitulado «O Dia dos Prodígios» e aí se revela uma escritora de elevada craveira.

Como louletanos, registamos o facto com muita satisfação, pois um intelectual português já considerou o livro de Lúcia Jorge como «uma lufada de ar fresco, que irrompeu no panorama das letras portuguesas». E a ponto de acrescentar: «Quem ler esta obra dificilmente aceitará estar diante duma estreante, de tal modo ela se apresenta conseguida nos planos da forma e do conteúdo».

No plano formal o leitor depara com uma festa de palavras, com uma dessas maneiras novas de dizer que são o sinal das grandes viragens, dos grandes movimentos renovadores. E perante os acordes novos que se desprendem desta linguagem quase temos dificuldades em aceitar que eles se façam com as palavras velhas que todos trazemos na boca e na pena há tantas gerações.

Mas, mais do que isso, **O Dia dos Prodígios** vai impôr-se também pela riqueza do seu conteúdo. É que de histórias contadas em romance temos cheias as estantes de livrarias e bibliotecas. Mas não são muitos aqueles que se podem orgulhar de ser importadores dum trans-sentido, duma trans-significação que os projecte para lá do imediato narrado — e menos ainda aqueles em que a ultrapassagem desse imediato os projecta como retrato profundo dum colectivo existente cujos traços conseguem fixar. E apetece-nos falar de Cervantes e do seu **D. Quixote** para lembrar que ele vale muito menos pelo encadeado de histórias mais ou menos pitorescas vividas pelo serôdio cavaleiro e pelo seu escudeiro Sancho Pança do que pela imagem que nos

dá da alma dum povo que através dessas figuras encontra a sua expressão caracterizadora.

Guardadas as devidas proporções, **O Dia dos Prodígios** ficará, assim o pensamos, como a lídima expressão magnificamente conseguida da alma portuguesa na sua tão característica faceta de **alma em espera**: espera duma salvação que virá de cima, que virá de fora, espera dum prodígio que, acontecendo, fará «acontecer» também os anseios latentes que lhe povoam os sonhos sem lhe determinarem a acção.

Partindo do microcosmo de Vilamaninhos e das figuras anódinas que o povoam, Lúcia Jorge arranca ao seu viver quotidiano, que de tão banal e trivial diríamos tipicamente antiliterário, os factos com que tece a trama duma acção em que vemos os personagens passarem lentamente pela vida, como quem caminha para um objectivo que desconhece mas sabe existir e no qual encontra forças para continuar a espera com a lucidez desencantada de quem sabe que esperar é a última forma de esperança. Até porque sinais há de que um prodígio aconteceu, de que o prodígio vai acontecer. E realmente alguém aparece na aldeia a anunciar o prodígio, alguém a dizer que a espera terminou e que a vida dos Vilamaninhos vai mudar. Mas a esse anúncio acabará por se sobrepor a certeza de que a mudança, afinal, não veio e a conclusão de que a mudança não virá de fora, porque é dentro de si que cada um dos terá de encontrar a força de mudar.

Sem nunca o dizer, o livro deixa adivinhar que a acção se encontra centrada à volta do 25 de Abril. E um dos seus méritos não menores será justamente a forma como conseguiu traduzir o estado de alma com que a maior parte de nós vivemos o antes, o durante e o depois do evento. Nesse aspecto **O Dia dos Prodígios** será a primeira obra literária sobre a revolução dos cravos que ultrapassa os limites do ocasional e dá ao evento a projecção que o

situa no projecto permanente do povo que o viu acontecer.

Mas seria erro limitar-lhe o alcance ao episódio dum acontecimento histórico — aliás nunca explicitamente mencionado. A grandeza da obra, aquilo que lhe dá garantias de perenidade, reside, como já se disse e se repete, no trans-sentido com que magistralmente sabe revestir o evento para o projectar na intemporalidade dum modo de ser permanente — o modo de ser português.

Sem exagero, julgamos poder dizer que, neste caso, foi todo um povo que encontrou a sua voz num livro que permanecerá. Razão tinha pois Vergílio Ferreira quando, da obra e da sua autora, dizia em entrevista recente: «De alguns sei que vão aparecer e impôr-se certamente. Assim uma Lúcia Jorge com **O Dia dos Prodígios** a publicar em breve — e permita-se-me que a cite já, para desde já chamar a atenção sobre ela».

É o que fazemos também pela nossa parte, com a certeza de assinalarmos o surgir dum nome que vai ser grande nas letras portuguesas.

Trata-se de uma edição das acreditadas Publicações Europa América, Lda.

TEMAS SOCIAIS

O grave problema inflacionista

(continuação da pág. 1)

Torna-se essencial colir-se verdadeiramente que essa onda de vis especuladores, de sabotadores sem escrúpulos e de intermediários que põem em perigo a sobrevivência humana num deslizar de consequências imprevisíveis.

Diariamente a inflação vai aumentando de volume, e por este caminhar vamos apertando o cinto... até o nosso cadáver ficar em esqueleto!...

É um terrível flagelo que atormenta as donas de casa, que na generalidade é causador de privações, de agonias e de cruéis sofrimentos.

Na ânsia do «LUCRI CAUSA», os vendedores vão enriquecendo e o pobre povo vai sofrendo na carne o espectro da fome.

AUFERIR LUCROS FABULOSOS É UM CRIME QUE AFECTA O PODER DE COMPRA NA VIDA NACIONAL.

Mãos ocultas manobram na sombra especulando e açambarcando certos géneros alimentícios que outrora abundavam no mercado, promovendo assim o elevado custo de vida.

COM QUE FIM?!

É fundamentalmente necessário pôr um travão a fim de acabar com esse «VIVEIRO DE PARASITAS», que sugam o nosso sangue criminosamente.

Neste temporal de feroz inflação em que muitos entes humanos se vêem nas garras afiadas da carestia numa luta constante a fim de poderem sobreviver honestamente nesta sinuosa esteira da vida.

O País vive numa maré negra de aumentos astronómicos sem haver um controlo a favor do povo que se vê asfixiado neste ambiente sombrio.

E por este caminhar muita gente se interroga o que será o dia de amanhã?

ESTA GRANDE INCÓGNITA... CAUSA CALAFRIOS!...

Nalguns lares flutuam manchas de fome, de miséria e de sofrimentos que atrofiam e aniquilam a alma das classes desfavorecidas num eterno sacrifício de angústias, de doenças e de lágrimas sangrentas!...

É ESTE O NEGRO PANORAMA QUE ESTÁ A VISTA NESTA CAMINHADA ASSAZ DRAMÁTICA QUE TRITURA A MASSA HUMANA.

Neste Mundo que é de todos, necessitamos duma política retintamente humana, que pugne a favor do povo, em que o homem não seja explorado pelo seu semelhante, é esta a ambição daqueles que lutam pelo pão de cada dia!...

Vivemos «IN HOC TEMPORE» na esperança duma congelção geral de preços que venham atenuar a vida dificultosa das classes débeis.

URGE A TODO O TRANSE TOMAR MEDIDAS DRASTICAS QUE PONHAM TERMO A ESTE FEROZ DESCALABRO QUE FERE A PELE DE TODA A GENTE.

Toda a pessoa humana tem direito à alimentação, a um salário compatível com o nível de vida, a uma habitação condigna e a uma assistência médica eficiente, a fim de poder usufruir nesta curta passagem uma vida próspera e feliz.

A FELICIDADE DA GREI DEPENDE DAS CONDIÇÕES DE VIDA QUE DESFRUTA NA SUA PÁTRIA!...

A electricidade ainda não chegou ao Alto do Relógio

(continuação da pág. 1)

a 2 passos) e continuarem vivendo ainda com candelários de petróleo, azeite e gás, o que em nada se compadece com a vida moderna dos nossos dias em que qualquer pessoa já pode disfrutar desse bem inestimável que é a electricidade, a qual proporciona o poder-se gozar das inúmeras vantagens que a moderna civilização proporciona, mas que são impeditivas para a população do Alto do Relógio.

Hoje, as pessoas que vivem no campo, sentem já de tal forma a necessidade de poderem disfrutar de electricidade que já a desejam mesmo que isso os force a dispor de avultadas quantias. E é de salientar este pormenor porque, ainda há bem poucos anos, as pessoas se recusavam pura e simplesmente a ligar a electricidade a suas casas, alegando que «não lhes fazia falta nenhuma». Agora, pensam exactamente o contrário e é por isso que o Governo tem que enfrentar este problema com redobrada energia e criar já novos postos de trabalho para dar vazão à tremenda acumulação de serviço das pessoas a quem estão confiados os trabalhos de estudar e implantar as ligações eléctricas indispensáveis à melhoria das condições de vida das populações rurais, que tão esquecidas têm andado.

A população do sítio do Alto do Relógio não esquece que o PPD/PSD prometeu (antes das eleições) que o fornecimento de energia eléctrica seria considerado como uma justíssima pretensão daquela laboriosa gente e por isso espera e confia em que essa promessa seja cumprida pelos novos gestores da Câmara de Loulé.

O actual Presidente da Câmara, sr. eng. Júlio Mealha, disse (antes das eleições) que era uma vergonha o sítio do Alto

do Relógio não ter luz eléctrica, pois ficava a 2 passos da EDP, mas, recentemente, disse-me que a Câmara não tinha dinheiro para essas coisas cada vez estavam piores, pois o Estado já não financiava trabalhos de electrificação.

Naturalmente quer isto dizer que antes das eleições havia dinheiro e agora já não há.

Todos os habitantes do Alto do Relógio lamentam muito esta situação, pois sabem que, nos confins da serra do Algarve, as pessoas já disfrutavam há muitos anos de electricidade e nós, a dois passos do centro da vila de Loulé, continuamos às «escuras».

Até quando?

Maria Dulce Franco Pereira

O CONGRESSO DO ALGARVE TEM CARIMBO COMEMORATIVO

(continuação da pág. 1)

pequenas e médias empresas, turismo) o Congresso tem já assegurada a participação de representantes das autarquias locais, técnicos, professores, gestores, órgãos de comunicação social, responsáveis por organismos da Administração Pública e de deputados pelo Algarve de vários quadrantes políticos.

O I CONGRESSO NACIONAL SOBRE O ALGARVE está também aberto a todo o público, devendo no entanto as inscrições ser efectuadas até ao dia

15 de Abril pessoalmente ou pelo correio na Secretaria do Racial Clube em Silves.

Para os participantes que não residam no Algarve a organização, em colaboração com a Rodoviária Nacional, disporá de autocarro especial com partida e regresso a Lisboa.

Também os CTT prestarão o seu apoio através da montagem de um posto de correios no local da realização do Congresso que no primeiro dia dos trabalhos (9 de Maio de 1980) disporá de um carimbo comemorativo especial.

CLÍNICA OFTALMOLÓGICA E PEDIÁTRICA

MÉDICOS ESPECIALISTAS:

DR. PALMA NUNES
Doenças dos Olhos

DR.ª PAULINA SANTOS
Doenças das Crianças

Marcações pelo Telefone 28704
FARO

(8-3)

LUÍS PONTES

ADVOGADO

Rua D. Paio Peres Correia,

N.º 31 — Telef. 62406

LOULÉ



APARTAMENTOS E TERRENOS

ALUGAM-SE E VENDEM-SE APARTAMENTOS

E TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO E AGRICULTURA.

TRATAR COM CONCEIÇÃO FARRAJOTA, RUA D.

AFONSO III - R/C, Fte. — QUARTEIRA, OU PELO TE.

LEFONE 65852 (das 20-22 h.).

(12-10)

É UM ESPANTO...

por FILIPE VIEGAS

Estranha atitude, a do PS, contestar a proposta de lei, que permite ao investimento privado entrar em áreas, actualmente consideradas monopolistas estatais, pelas nacionalizações de flagrante injustiça operadas, às três pancadas, pelo então regime «Gonçalvista».

Não se espanta o PS, que se faça discriminação entre cidadãos portugueses e estrangeiros, permitindo a estes o que se proíbe àqueles, pela prática constitucional, a coberto de leis discriminatórias aberrantes, que relembram os cidadãos para figuras de segundo plano na vida económica e financeira do seu país, cortando-lhes cerca todas as disponibilidades da contribuição ao progresso económico e social da «Nação».

Já não se espanta ninguém com a contestação do P. C., aliás atitude justificável enquadrada nos esquemas persecutórios da sua política global, a pugnar pela inalteração das leis impostas e promulgadas ao seu belo sabor.

Acontece, que a promulgação da lei proposta, não afecta nem põe em causa as empresas nacionalizadas, que a «Constituição» declara: «conquistadas irreversíveis das classes trabalhadoras», sendo a criação de empresas privadas, em sectores que estavam vedados à iniciativa privada desejável, porquanto, porá em situação pralela a iniciativa pública e privada, incentivando-as à competição, processo em que se fundamenta o

desenvolvimento da «economia de mercado livre».

Nada espanta o eleitorado da AD, a revisão da proposta de lei, uma vez que no seu programa eleitoral apontava para a situação aberrante, que caracteriza a existência dos monopólios estatais sem concorrência, incompetitivos por não terem com quem competir, incapazes duma promoção, salutar, visando e alcançando a rentabilidade progressiva e não como em geral tem acontecido, a arrentabilidade e o retrocesso. Algumas das empresas só sobrevivem ainda, à custa de volumosos subsídios ou empréstimos, a fundo, perdido, do erário público, numa contribuição espantosa para a degradação económico-financeira da nossa «Sociedade e do Estado». Este com enormes endividamentos externos, consequentes da desastrosa medida constitucional, defendida tão arduamente pelo PC e também pela ufana subserviência do seu comparsa P. S.

Mais espanta, a oposição socialista à proposta da referida lei, ao se referir ao perigo da concorrência, manifestando incongruamente o medo ao desastre, advindo ao sector público, (como se encharcado não estivesse e no pantano se não tivesse também atolado) pelo fortificante e vital poder ofertado pela competição, factor essencial de promoção das partes, na medida em que se procura fazer mais e melhor. Sistema único da revitalização, por imprescindível às decaídas empresas públicas, que terão que caminhar por si, como de direito e

dever, a fim de cumprirem a sua missão e não continuarem a ser fontes sorvedoiras dos dinheiros, que o país necessita para o investimento económico e social, única forma de se vir a adquirir o equilíbrio e harmonia, que todos anseiam com justiça e dignidade, «os que conscientemente pugnam por um Portugal Renovado».

É lamentável, que o PS, se não apresente como o Partido dominante da «Oposição Construtiva», e se envolva ainda, nas teias do P. C., pelo que, incapaz de oferecer à facção do seu eleitorado democrático, não marxista, uma imagem real de força política, capaz de liderar uma «Oposição» e manter a verticalidade, a orientar-se de futuro, pela estratégia política de alternativa de «Governo mas Democrático». Furtando-se, o P. S., embora tarde, à alternativa em que se está a situar, em face das posições tidas paralelas e convergentes às do seu amoroso par, (P. C.) que mais sabido e experiente nas suas maquiavélicas lides políticas o arrastará, lógica e fatalmente, para a sua área de satelização.

Temos assim, por sua culpa e risco, um P. S. a clarificar-se como futuro satélite do P. C., incorrendo na similitude situação do seu homólogo partido socialista italiano, o que será de certa gravidade para a promoção e consolidação da nossa jovem democracia, que ora se mostra com tendências a querer andar de cabeça levantada.

Duma maneira geral, nos países democratas, de mercado livre por de iniciativa privada, não existe o perigo do «Poder Político» não controlar o «Poder Económico», porquanto existem mecanismos de controlo e fiscalização, que se opõem ao desenvolvimento e à ascensão duma hipotética oligarquia económica, pretendendo-se sim, numa Sociedade moderna e democrática, caminhar no sentido de fortalecer o «Poder Político» face ao Poder Económico, não acontecendo, como actualmente em Portugal, a contudente e confusa situação entre o Poder Político e o Poder Económico.

Actualmente o Estado é o dono das grandes forças económicas e financeiras nacionais por efeitos da lei da delimitação dos sectores públicos e privados, originária da desastrosa situação em que se tem submergido a economia portuguesa e que tanta confusão e desentendimento tem provocado. Responsável também, em grande parte, pela semente do ódio e desunião, que grassa no seio nacional, esta lei, igualmente contribuiu, grandemente, para a desestabilização que se vive, assim como serviu de agente, bem doseado, na determinação da tão propalada bipolarização, em que hoje, se encontra dividida a «Sociedade Portuguesa».

A aludida proposta de lei, apresentada pelo «Governo do Dr. Sá Carneiro» é justa, racional, lógica e desejável como factor essencial de desbloqueamento da situação desesperante em que nos encontramos, inserindo-se no compute das questões fundamentais a ultrapassar por correcção.

Só quem não fôr democrata ou quem não lhe interessar ser, poderá contestar esta «acção justa e salutar do «Governo».

AGÊNCIA VÍTOR

FUNERAIS
E TRASLADAÇÕES

Serviço Internacional

Telefones 62404-63282

LOULÉ — ALGARVE

Manta de Retalhos

Dado que neste nosso país, ultimamente muito se tem falado nos «direitos» do homem, da mulher, da criança, da água e dos animais e plantas, talvez não seja descabido voltarmos-nos a reler «O meu país e o Mundo» escrito por Andrei Sakharov, já aqui há tempos.

Pois este escritor nasceu em Moscovo, em 1921, vindo duma família das hoje chamadas «burguesas», seu pai era professor de Física e autor de várias obras sobre tal. Em 1938, depois de ter feito uns brilhantes estudos secundários, Sakharov, entra para a Universidade de Moscovo e quatro anos depois, sendo já engenheiro, em vez de seguir para os campos de batalha, fica a trabalhar numa fábrica de armamento, onde será notado por ter apresentado várias invenções. Em 1948 este cientista começa a sua carreira nuclear, trabalhando com a equipa que realiza o bomba H.

Com 32 anos, ou seja em 1953, Sakharov, entra para a Academia das Ciências da U. R. S. S., sendo o membro mais jovem.

Porém por volta do ano de 1958 Sakharov é apontado por ter feito certas críticas a Krutchev, sobre o ensino.

Os anos vão passando e este cientista, passa a ver com olhos de ver e por volta do ano de 1966, começa a intervir em favor dos chamados «dissidentes», que Sakharov prefere chamá-los de «livres pensadores». Mais tarde, 1968, publica no estrangeiro, «Liberdade intelectual na URSS e a Coexistência», e então é expulso da Academia, isto por se bater pelos tais chamados «direitos humanos», como ele afirmava; em 1970 remete mais uma carta aos dirigentes do seu país, denunciando os estrangulamentos a que estava sujeito o Povo soviético. Será mais tarde o fundador do Comité para a Defesa dos Direitos Humanos. Sakharov, será galardoado com o Prémio Nobel da Paz, em 1975, quando a sua maneira de pensar andava já muito ofuscada pelos seus governantes.

Vejamos agora o que este escritor e sábio diz na sua obra, isto já em conclusões:

«Durante todos estes anos, nunca recebi qualquer resposta às minhas propostas por parte dos dirigentes soviéticos; e, de facto, não esperava nenhuma reacção».

Algumas das reformas internas apontadas pelo escritor:

«Alargar a reforma económica de 1965, plena autonomia para fábricas, oficinas, etc. em questão de economia, produção e política de pessoal; desnacionalização parcial de todo o tipo de actividades económicas e sociais, excluindo provavelmente a indústria pesada, os grandes transportes e as comunicações. Na agricultura devemos ter uma descolectivização parcial e o apoio do governo ao sector privado por ser o mais produtivo e o mais capaz de ajudar a restabelecer a saúde social e psicológica às zonas rurais, agora sob a ameaça de queda total na embriaguez e torpor. Desde o histórico crescimento das comunidades agrícolas ordenadas, trabalhar a terra constituía — para milhões de pessoas — não só um meio de subsistência mas algo que dava à vida um significado interior. Durante a era da colectivização, esse «algo» foi barbaramente destruído e, entre os que o possuíam, os melhores foram aniquilados fisicamente...».

«Amnistia total para todos os prisioneiros políticos, incluindo os internados em hospitais psiquiátricos especiais, e todas as pessoas condenadas pelas suas convicções religiosas, aspirações nacionais e tentativas de abandonar o País. Suavizar a sorte de prisioneiros de todas as categorias; eliminação do trabalho forçado; abolição de restrições alimentares, de visitas, correspondência e recepção de encomendas; melhoria de assistência médica; autorização para o envio de medicamentos pelo correio. Tornar todos os locais de encarceramento acessíveis aos observadores internacionais. Abolir a pena capital. Concessão de amnistia a todos os que estão presos há mais de quinze anos. Uma lei que permita a liberdade de greve. Uma lei que garanta a liberdade de escolha do próprio local de residência e de emprego dentro do país. Legislação que garanta a liberdade de abandonar o país (emigração ou viagens com qualquer fim) e de a ele regressar. Direitos iguais para todos os cidadãos como princípio básico do Estado...».

Por hoje basta de transcrições; a «manta» já vai longa e vai dar que pensar, segundo queremos. Mas poderemos voltar.

JOSE REBELO

Rallye Urbibel - Algarve

O Rallye do Algarve, prova do Campeonato da Europa de Rallyes, é um dos mais importantes acontecimentos turístico-desportivos que se realizam em Portugal, vai ter um nome publicitário.

A nova designação adoptada é RALLYE INTERNACIONAL URBIBEL, resultante do contrato recentemente assinado entre o RACAL Clube, organizador da prova e a URBIBEL.

A URBIBEL — Centro Técnico de Construções Cívicas — é uma das mais dinâmicas empresas do sector com diversos empreendimentos no Algarve e a sua colaboração com a popular colectividade algarvia reveste-se portanto da maior importância.

O RALLYE INTERNACIONAL URBIBEL/ALGARVE beneficiará de algumas alterações em relação às anteriores edições da prova designadamente no que se refere ao percurso de estrada que será este ano de 1500 quilómetros.

A prova vai ser apresentada proximamente à imprensa internacional através de reuniões a efectuar em Londres, Paris e Bruxelas.

Aumentam, assim, os polos de interesse do célebre rallye, já pelo novo figurino que irá apresentar (e de que entretanto iremos dando pormenores), já pelas possibilidades ainda este ano

maiores de no Algarve se resolver o Campeonato da Europa de Rallyes, e até pelas notícias quase absolutamente confirmadas de estreia do novo e espectacular Audi com 4 rodas motrizes que Hannu Mikolla e Ari Vatanen virão pilotar.

Jogos sem Fronteiras

(continuação da pág. 1)
vés da rede da Eurovisão, dos «Jogos sem Fronteiras», que se realizam em Vilamoura, a 27 de Maio.

No local onde vão decorrer os «Jogos» estão a efectuar-se trabalhos, com vista a montar as infra-estruturas necessárias para o espectáculo.

A verba a dispender — disse — será rapidamente recuperada logo que os efeitos da espectacular promoção do Algarve, através da rede da Eurovisão, se faça sentir.

O Presidente da CRTA revelou também que, no primeiro dia de treinos, a sessão será dedicada às crianças das escolas que terão entrada gratuita.

No segundo dia, a entrada custará trezentos escudos, enquanto, no dia da transmissão, o ingresso no recinto sobre para quinhentos escudos.

A AD PROMETE E CUMPRE...

(continuação da pág. 1)

de onde vêm todos os dias a Vila Real de Santo António magotes de donas de casa comprar cabazes...

A valorização do escudo em 6% também redundou num aumento de poder de compra — embora quase simbólico, em relação aos portugueses que gostam de fazer compras na vizinha Espanha. Produtos importados vão ter em breve uma redução de preços. E, de uma maneira geral, a asfixia parece esconjurada, pelo menos até que

o eleitorado se pronuncie outra vez nas urnas.

O chefe de família, por sua vez, tal como o industrial, vai sentir-se um pouco mais desafogado, a partir do mês de Maio, em que receberá os retroactivos do imposto profissional que descontou a mais, em face da redução da tabela que o ministro Cavaco e Silva, nosso ilustre conterrâneo, propôs à Assembleia da República.

Vale a pena comparar a nova Tabela do I. P. com a que vigorava desde 1977:

NOVA TABELA		TABELA DE 1977 AINDA EM VIGOR	
Rendimento colectável	Taxa	Rendimento colectável	Taxa
Até 105 contos	Isento	Até 92 contos	Isento
Até 150 contos	2%	Até 100 contos	2%
Até 225 contos	4%	Até 150 contos	4%
Até 300 contos	6%	Até 200 contos	6%
Até 450 contos	8%	Até 300 contos	8%
Até 600 contos	10%	Até 400 contos	10%
Até 750 contos	12%	Até 500 contos	12%
Até 900 contos	14%	Até 600 contos	14%
Até 1 050 contos	16%	Até 700 contos	16%
Até 1 200 contos	18%	Até 800 contos	18%
Até 1 350 contos	20%	Até 900 contos	20%
Superior a 1 350 C	22%	Superior a 900 contos	22%

Segundo a nova tabela, quem tiver um rendimento de 105 contos por ano pelo seu trabalho, deixa de pagar imposto profissional, quando antes desembolsava 4200\$00, isto é, 350\$00 por mês. No mês de Maio, além de não ter descontos nenhuns para o I. P., receberá o equivalente a quatro meses indevidamente descontados, isto é, uma devolução de 1400\$00, que vão cair como gínjas...

A alegria das donas de casa, com o peixe e a carne mais baratos, juntar-se-á a alegria dos chefes de famílias de poucos ordenados, pela isenção do Imposto Profissional.

Por outra parte ainda, os industriais vão ter uma redução da contribuição industrial, aplicável como se sabe sobre os lucros de exploração de cada ano. O Governo AD pode brilhar

nestas e noutras medidas, embora elas não representem tudo quanto se torna necessário — nem nada que se compare — ao que Portugal precisa para se recuperar da destruição implacável de bens e de pessoas a que comunistas e seus acólitos, «independentes» e «socialistas», se entregaram depois do 28 de Setembro, 11 de Março e 25 de Novembro.

De qualquer forma, é uma política cujos resultados se vêem, enquanto com Pintassilgas e quejandas figuras do «eanismo» que impingiram ao nosso povo, dando gato por lebre, não se passava da cepa torta.

Com o Governo AD, foram já dados passos para uma mudança de rumo. Venham lá mais e, se possível, com ritmo mais acelerado...

Governador Civil de Faro visitou Alcoutim

Alcoutim é uma pequena vila do Nordeste algarvio que pode ser considerada como capital da Terceira Idade, já que 85% da respectiva população é constituída por indivíduos com mais de 65 anos.

Tal situação deve-se à extrema pobreza e abandono a que tem sido votado um dos concelhos mais carecidos não só do Algarve, mas até de Portugal.

A juventude, não encontrando aí futuro vai progressivamente abandonando aquela zona da serra algarvia, contribuindo para uma desertificação cada vez maior.

Estes factos foram salientados pelo Governador Civil de Faro aquando da sua recente visita à Câmara de Alcoutim e onde fez notar a sua profunda preocupação pelo isolamento de uma região em que a agricultura de subsistência é praticamente a única actividade.

O dr. José Vitorino salientou o interesse económico e social na abertura da fronteira entre Alcoutim e S. Lucas d'El Guadiana, na Espanha, que muito contribuirá para o aumento do intercâmbio social e económico

entre as duas localidades do interior, hoje praticamente isoladas.

A construção de uma marginal ao longo do Guadiana, de que existe já um projecto, que tornaria mais simples e rápido o acesso o que aumentaria as possibilidades de crescimento, foi também debatida. Igualmente de interesse a concretização do projecto da Estrada Martinlongo-Ameixial.

Nota preocupante, ainda para a situação dos mais de 200 alunos que frequentam o Ensino Preparatório e diariamente vão para V. Real saindo de casa às 6 horas da manhã e regressando às 21 horas. Tais transportes custam ao Estado 400 a 500 contos por mês, os alunos não têm aproveitamento e chumbam do praticamente todos e com uma degradação moral assustadora.

No aspecto de saúde salientou-se a necessidade de haver um hospital em que os doentes fiquem internados.

O Estudo do estabelecimento de reservas de caça bem como de barragens e a melhoria da cobertura rodoviária são também aspectos importantes.

Problemas do aeroporto de Faro tratados na Assembleia da República

O deputado pelo Algarve do PSD, Joaquim Manuel Cabrita Neto, apresentou há dias um requerimento na A. R. acerca de problemas que é urgente resolver no Aeroporto de Faro para melhoria do seu funcionamento. Pela flagrante oportunidade do problema em causa, é plenamente justificado que o Governo considere as sugestões apresentadas, as quais gostosamente abaixo divulgamos:

«Considerando, que as instalações do Aeroporto de Faro estão próximas da saturação pelos meios que dispõe, com graves consequências no serviço a prestar às companhias aerotransportadoras, aos passageiros, ao público utente e principalmente à actividade turística do Algarve.

Considerando, que o Aeroporto de Faro vai ser utilizado por mais de 30 companhias aéreas, verificando-se nalguns casos, períodos em que a aglomeração de passageiros a chegar e a partir, vão causar problemas, principalmente em relação à capacidade das aerogares, transportadores de bagagem, atrasos nas partidas e chegadas dos aviões, etc., etc..

Considerando, que por exem-

plo às segundas feiras estão previstos 31 voos e que somente das 8 às 11 horas há 10 chegadas, incluindo dois aviões de grande porte, às quintas feiras 22 voos, às sextas feiras 23 e mais de 25 cada, aos sábados e domingos.

Considerando, que nas chegadas internacionais nos dias de tráfego há grande afluxo no controle de passaportes, na recolha de bagagem, onde existe um só transportador de pouca capacidade e na verificação aduaneira onde deveria ser implementado os canais verde e vermelho.

Considerando, que nas chegadas domésticas há que terminar as obras em curso para um melhor tratamento na recolha da bagagem e no escoamento de passageiros.

Considerando, que a zona de estacionamento e manobra dos autocarros é notoriamente insuficiente, assim como o parque de estacionamento de viaturas na zona em frente das chegadas.

Considerando, que nas partidas em que predominam os voos «charters» ou seja de grandes grupos que partem e chegam quase em conjunto, o que provoca grande aglomeração de passageiros e bagagens, e em que a área de «check-in» é insuficiente, provocando enormes bichas que dificultam a circulação de pessoas na sala.

Considerando, que estes factos são do conhecimento dos responsáveis e que podem afectar o afluxo turístico, venho requerer que o Ministério dos Transportes e Comunicações, ANA — Aeroportos e Navegação Aérea, EP, TAP — Air Portugal, EP, Guarda Fiscal, Polícia de Segurança Pública, promova as diligências necessárias, para que a curto prazo, tomem as seguintes providências:

a) Dotar a Guarda Fiscal dos necessários efectivos;

b) Aumentar o número de transportadores, na recolha de bagagem;

c) Sinalizar a chegada de bagagem de cada voo;

d) Aumentar o número de caminhos para transporte de bagagem;

e) Implementar os canais verde e vermelho no desembarço aduaneiro;

f) Aumentar o número de efectivos da esquadra da P. S. P. no Aeroporto, para que possa melhor orientar o elevado tráfego e segurança de toda a área do Aeroporto;

g) Aumentar a área de «check-in» que já é insuficiente;

h) A TAP, responsável pela assistência às diversas companhias no Aeroporto, deve ocupar o maior número dos 12 balcões existentes;

i) Estudar a hipótese pelas diversas entidades intervenientes, para que se possa proceder no «check-in» nos próprios hotéis, quando os passageiros se deslocarem em voos «charters»;

j) Melhorar o equipamento para que a P. S. P. possa eficazmente proceder aos controlos de segurança;

l) Aumentar o número de posições de controle de passaportes;

m) Concluir as obras do «Free-shop» e pôr o mesmo em funcionamento;

n) Melhorar a informação sonora;

o) Terminar o edifício do Terminal de Carga, TAP e Al-fândega;

p) Implementar os transportes públicos entre o Aeroporto e a cidade de Faro, que se encontram em estudo há muita na Rodoviária Nacional.

Em conclusão, venho requerer que o Governo me informe se sim ou não e em que prazo está disposto a tomar as providências para resolver os problemas já citados e que reputo urgentes.

Conferência sobre Propriedade Horizontal em Albufeira

Organizada pela Cooperativa Jurídica, Portugal Jurídico-Económico, com sede no Porto, realizou-se no passado dia 29 de Março, pelas 17 horas, no Hotel Montechoro, em Albufeira, a anunciada Conferência sobre propriedade horizontal, proferida pelo advogado desta Vila, Dr. JACINTO DUARTE.

Do Norte, deslocaram-se 35 Juizes, advogados e ajudantes de notário e escrivães de Direito. Do Algarve, para quem a Conferência tinha sido promovida não se encontravam mais de uma dúzia de advogados, notários, conservadores e solicitadores.

A Conferência decorreu de forma agradável e finda a mesma seguiu-se animadíssimo debate sobre vários aspectos do regime jurídico da propriedade horizontal, tendo-se centrado, sobretudo, no problema da possibilidade do proprietário único

do imóvel, ao submetê-lo ao regime da propriedade horizontal, poder reservar para si o espaço aéreo, o direito de superfície sobre o último piso, ou o direito de sobrelevação do mesmo. Apesar dos problemas que tal reserva levanta, embora com pequenas variantes, sob a forma prática de o fazer, chegou-se à conclusão de que tal era possível juridicamente.

Uma nota mais que nos parece indispensável.

Este encontro foi promovido tendo em vista três finalidades:

1.ª — Um convívio são e de mútuo conhecimento entre os juristas, sobretudo algarvios;

2.ª — Um parar na vida absorvente de todos os dias, para nos debruçarmos sobre problemas jurídicos de interesse, permitindo o seu estudo e análise crítica.

3.ª — Divulgar a Cooperativa Portugal Jurídico - Económico,

que além de uma Revista sobre temas de Direito e Judiciais — o Portugal Judiciário, edita livros dos associados e fornece a estes todos os livros jurídicos com um desconto de 25%.

Foi triste constatar o desinteresse dos juristas algarvios por actividades tão importantes e necessárias. Parecem que já sabem tudo e que não necessitam de conviver.

Teve muito cabimento a observação de um Magistrado do Norte, ao ver o desinteresse dos juristas algarvios: «Compreende-se, isto é zona de veraneio e não de estudo ou de trabalho.»

J. DUARTE

ALTO - FICA — ALTE



MADALENA MARIA PIRES GRAÇA

AGRADECIMENTO

Sua família desejando evitar qualquer falta involuntária por desconhecimento de moradas e ilegibilidade de assinaturas de todas as pessoas que, de qualquer forma, compartilharam da sua dor, vem tornar público o seu mais penhorado agradecimento a todas as pessoas que se dignaram acompanhar a saudosa extinta à sua última morada numa sentida demonstração de pesar que calou fundo nos nossos corações. Para todos o penhor da nossa gratidão.

JOGOS FLORAIS DE ESTOI

Os «Jograis António Aleixo — Grupo Desportivo-Cultural de Estoi» estão promovendo uma vez mais a festa popular, conhecida tradicionalmente pela Festa da Pinha.

Integrados no programa dos festejos estão os «Jogos Florais da Festa da Pinha», com um regulamento cujos pontos principais são os seguintes:

1. Podem concorrer todos os Portugueses, que até ao próximo dia 28 de Abril enviarão para «Jograis António Aleixo — Grupo Desportivo-Cultural de Estoi» — Estoi (ALGARVE), as suas produções.

2. As poesias deverão ser subscritas por um pseudónimo.

Esse mesmo pseudónimo, ou divisa, figurará num pequeno sobrescrito, na parte exterior. Dentro do sobrescrito irá o verdadeiro nome do concorrente.

3. Há três modalidades a considerar neste certame literário:

3. 1. Poesia obrigada a mote. O Mote é a quadra do Poeta Aleixo:

Porque o mundo me empurrou, caí na lama, e então, tomei-lhe a cor, mas não sou a lama que muitos são.

3. 2. Quadra, ou Quadras Populares.

3. 3. Poesia Livre.

NASCIMENTO

No hospital de Loulé, teve o seu bom sucesso, no passado dia 24 de Março, dando à luz uma criança do sexo feminino, a nossa conterrânea sr.ª D. Maria Antonieta Gonçalves Viegas Carrusca Pires, casada com o sr. Manuel Pinto Carrusca Pires. São avós paternos a sr.ª D. Maria Zélia Pinto Carrusca Pires e o sr. Modesto Rodrigues Pires e avós maternos a sr.ª D.

Vitória Correia Gonçalves Viegas e o nosso prezado assinante e amigo sr. António Simão Viegas, proprietário da Casa Simão, nesta vila.

A recém-nascida foi dado o nome de Cátia Beatriz Viegas Carrusca Pires.

Aos felizes pais e avós endereçamos os nossos parabéns, com votos de feliz futuro para a recém-nascida.

«COMO VAI D. ÁGUIA REAL?»

Durante o período de recuperação da D. Águia (Aquila chrysaetos) o Professor Guerreiro Costa notou que, a par de um excepcional apetite pelas presas vivas e mortas (frangos, codornizes) e um quase perfeito estado sanitário, a «nossa» rapina apresentava uma névoa na vista, prejudicando-lhe uma perfeita visão. Devido talvez à extrema debilidade física que a afectou antes da recuperação ou por outras razões ainda não determinadas, o certo é que D. Águia teria contraído algo de anormal e seria necessário recorrer ao médico veterinário. Assim, debandou pela primeira vez a «Clínica Veterinária da Pontinha, em Faro».

Aí foi com um senão de espanto e curiosidade que o veterinário viu entrar pelo seu consultório uma «Águia Real», pois não é vulgar uma tal visita!

Após uma minuciosa observação a doente foi devidamente medicada pelo Dr. Serpa Santos e pode dizer-se que experimentou melhoras, não totais.

O tratamento recomendado processou-se regularmente, até que em 12 de Janeiro último surgiu o inesperado — devido a um movimento brusco, em falso, e querendo talvez demonstrar a sua força, fracturou a pata direita.

Não havia outra alternativa, senão procurar novamente o veterinário. Após um exame atento, incluindo radiografia do membro fracturado, concluiu-se da necessidade de imobilizar a pata por engessamento, operação recheada de dificuldades e onde o Dr. Serpa Santos mais uma vez demonstrou a sua ha-

bilidade profissional e um carinho digno de realce.

Segundo esse técnico seria necessário a «nossa» Águia permanecer em completo repouso na escuridão e fornecer-lhe alimentação enriquecida com um suplemento calcáreo a fim de facilitar uma rápida calcificação dos ossos, o que poderia vir a concretizar-se num prazo de vinte dias.

Nesta difícil etapa da sua vida houve tanto da parte do pessoal do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico como do Professor Guerreiro Costa e Dr. Serpa Santos um especial cuidado para com D. Águia e foi com enorme satisfação que, no passado dia 4 de Fevereiro e após um minucioso exame médico se verificou o completo restabelecimento da doente, sendo o gesso retirado nesse mesmo dia.

Agora resta combater a incómoda deficiência visual, que se julga demorada, mas possível a médio prazo. As melhoras para D. Águia, muito juízo e não crie mais complicações para poder muito em breve debandar outras paragens e já completamente restabelecida.

Mais esclarecimentos ou documentação poderão ser prestados na:

RESERVA NATURAL DA RIA FORMOSA — Sede provisória: Rua Dr. Justino Cúmano, 5-1.º-Dto. — 8000 FARO ou

RESERVA NATURAL DO SÁPAL DE CASTRO MARIM — Vila Real de Santo António — Sede provisória: Castelo de Castro Marim — CASTRO MARIM.

Volta ao Algarve em Bicicleta

DE 30 DE ABRIL A 4 DE MAIO

Em conferência de imprensa há dias realizada em Lisboa, o Presidente da Associação de Ciclismo de Faro, dr. José Manuel Mendes Bota, fez a apresentação oficial da VI Volta ao Algarve em Bicicleta anunciando que o carácter internacional desta importante competição está assegurado pela presença de uma equipa da U. R. S. S. e por uma formação de campeões amadores franceses.

Além de Américo Silva e Joaquim Fonseca, estão também garantidas as equipas algarvias do Campinense, Portimonense e Clube Ciclista de Tavira.

O presidente da Associação de Ciclismo de Faro, que se deslocou a Lisboa para fazer estas afirmações, depois de salientar que o ciclismo está a despertar no Algarve, o maior entusiasmo de sempre, tendo sido batido o recorde de inscrições de praticantes naquele organismo, comentou alguns aspectos do traçado escolhido para a edição deste ano da ronda ciclista algarvia, a qual consta de sete etapas, com um total de 582

quilómetros, como a seguir se indica:

30 de Abril: Lagos-Silves (65 kms); 1 de Maio: Loulé-Fóia (94 km) e Circuito de Portimão (60 km); dia 2: Tavira-Tavira (148 km); dia 3: Albufeira-Faro (84 km); e circuito na pista Beixiga Peres, em Loulé (contra-relógio, por séries, na distância de 5 km); dia 4: Coiro da Burra-Picota (contra-relógio, individual, com 26 km).

Por último, anunciou que o presidente do Júri será José Manuel Viegas Nunes e o director da corrida, Mário Ferreira, presidente da Federação Portuguesa de Ciclismo, os quais teceram breves considerações sobre as características da prova.

O vencedor da prova receberá o prémio de 17 500 escudos, o segundo classificado 12 500 e o terceiro 10 000 escudos. No ano passado saiu vencedor Fernando Bernardino (Lousa) que também conquistou o prémio da Montanha, tendo Alexandre Ruas (Coelima) arrebatado as classificações por pontos e metas turismo.

MUSEU NACIONAL DA RÁDIO

Para conhecimento dos nossos leitores, informamos que os Serviços Gerais do Museu Nacional da Rádio se encontram agora instalados na Rua Sampaio e Pina, 16A — Lisboa, Telefone 669552.

Ali serão atendidos todos os assuntos respeitantes à Rádio e ao futuro Museu, bem como a aceitação das ofertas por parte dos radiouvintes e simpatizantes, de aparelhagem e objectos já fora de uso, os quais irão mostrar aspectos interessantes do que foi o começo da Rádio em Portugal e sua evolução até ao presente.

Aproveitamos o ensejo para dizer que este Museu, da RDP é uma iniciativa nacional de fundo cultural, que alinhará com os museus de Rádio no mundo.

VENDE-SE

A 10 Km de Faro, no sítio do Trote, um lote com cerca de 3 000 m2 com material para construção e projecto assinado.

Tratar no local com Domingos Coelho.

(2-1)

O Instituto de Investimento Estrangeiro vem ao Algarve em acção de esclarecimento

NO DIA 29 DE ABRIL EM ALBUFEIRA

No é possível o desenvolvimento de qualquer região sem que haja investimento e este é o motor de qualquer indústria.

Sensível a este problema na generalidade e muito especialmente no sector do turismo por ser o seu campo de acção mais apropriado, decidiu a CRTA enviar todos os esforços no sentido de trazer até ao Algarve o Instituto de Investimento Estrangeiro numa acção de esclarecimento e divulgação do actual Código de Investimento Estrangeiro.

Acolhendo com entusiasmo a iniciativa da CRTA, o IIA colocou-se à disposição para uma sessão de esclarecimento que se realizará no próximo dia 29 de Abril, no Hotel Montechoro.

A fim de se tirar o máximo proveito desta acção de esclarecimento e divulgação, serão efectuadas duas sessões de trabalho devendo os interessados escolher aquela em que está integrado de acordo com o seguinte critério:

10 h. — Sessão de trabalho para Advogados e Gerentes das instituições de crédito existentes em todo o Algarve.

15 h. — Sessão de trabalho para os Presidentes das Câmaras Municipais, Empreendi-

mentos Turísticos do Algarve e os Órgãos de Comunicação Social regionais e nacionais representados no Algarve.

Para cada uma das sessões as respectivas entidades convidadas poderão fazer-se acompanhar das pessoas que bem entenderem.

A agenda de trabalhos é a seguinte:

a) As funções do IIE no contexto da Administração Portuguesa;

b) Os métodos de trabalho do IIE;

c) As potencialidades do turismo na óptica do investimento estrangeiro;

d) Debate.

a) As funções do IIE no contexto da Administração Portuguesa;

b) as potencialidades do turismo na óptica do investimento estrangeiro;

c) Esquemas de cooperação entre o IIE e as entidades presentes de modo a promover o Investimento estrangeiro de acordo com as necessidades.

d) Debate.

Por parte do IIE participam nesta reunião: Dr. Alexandre Vaz Pinto; Dr.ª Maria do Céu Bastos e Dr. Costa Rosa.

O Algarve consome 35 milhões de litros de vinho por ano mas produz apenas 7 milhões...

Segundo as estatísticas oficiais, que certamente não têm números sobre o vinho a mar-

telo, o nosso Algarve apenas produz vinte por cento do vinho que bebe... A produção é de 7 000 000 de litros, enquanto o consumo subiu para 35 milhões.

Nas reuniões de trabalho efectuadas agora em Lagoa, com a presença do Eng.º Carvalho Cardoso, Secretário de Estado do Fomento Agrário, foram apresentadas duas importantes comunicações sobre o tema em análise — «Enquadramento económico da produção de vinho do Algarve no âmbito do produto Bruto Agrícola Regional» por Pereira de Sousa, e «A situação actual dos vinhedos algarvios», por António Miguel.

Existe um projecto para a plantação de 10 000 hectares de vinhas em substituição de parte das actuais, velhas e irrecuperáveis para as novas técnicas, com que, daqui a dez anos, o Algarve, poderá vir a produzir 50 milhões de litros de vinho. A expectativa não é muito animadora, na medida em que, até lá, com o constante aumento do turismo, o consumo não deixará de aumentar, por ventura em percentagem ainda maior.

Segundo se afirmou nestes encontros, «as vinhas das áreas de actividade das Adegas Cooperativas de Lagos, Portimão e Tavira acusam uma notória decrepitude», devido à sobrevalorização dos terrenos arenosos do litoral, com grande procura para empreendimentos turísticos. Por outras palavras, é mais fácil vender terrenos do que semeá-los e cuidá-los, e o vil metal, como dizia João de Deus, é tão bonito, o maganão...

A única cooperativa que tem as suas vinhas em incremento é a de Lagos, devido à exploração de uma zona do Concelho de Aljezur, região ainda pobre de turismo, apesar do empreendimento de Vale da Telha, incompleto, impreciso e pouco conhecido.

As quatro cooperativas vinícolas do Algarve — Lagos, Portimão, Lagoa e Tavira — poderiam conjugar esforços no sentido de, demarcada a região vinícola do Algarve, com o apoio da Junta Nacional do Vinho, vi-rem a explorar vastas regiões da nossa província susceptíveis

de receberem o cultivo da vinha.

Na ilha da Madeira, cujos habitantes têm, como se sabe, sangue algarvio, vêem-se vinhas plantadas nos locais mais difíceis e íngremes. No Norte — sobretudo na Beira Alta, é possível encontrar vinhas em espaços arrancados à serra agreste. Não se pode tentar algo idêntico no imenso barrocal inexploorado do Algarve?

Os países turísticos procuram receber os seus visitantes com uma boa profusão de vinhos, como acontece em toda a França. Vinho e turismo significa Festa, e quando se pensa num, dever-se-ia pensar no outro... Sobretudo quando apenas se produz vinte por cento do que se bebe...

O-DOS-COPOS

LET'S ROCK AND ROLL

Secção de Jorge Pinto

OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO ROCK AND ROLL

Antes dos anos 50, o jazz, a country music e os blues fizeram carreira: Duke Ellington era o chefe duma orquestra jazz negra que tocava no mais luxuoso «club» de New York. Por outro lado, nos anos 30, Glenn Miller e a sua orquestra enlouqueceram os americanos com o swing.

Os cantores country, na generalidade brancos, tiveram também grande aceitação pelas populações brancas do sul dos Estados Unidos. Os negros que trabalhavam nas plantações de algodão do sul trouxeram o seu próprio meio das selvas de África, donde há muitos anos atrás foram arrancados pela escravidão.

A pouco e pouco, a sua música foi-se fundindo com elementos brancos, dando origem a três tipos principais: Gospel (ou Spirituais, canções de Igreja, à qual foram convertidos), canções de trabalho e os blues, que se enfiaram mais entre a população branca. Os blues, por sua vez, tiveram uma variante — os rythm and Blues, ou blues citadinos, propagados pelos negros nos ghettos e subúrbios das grandes cidades. Da fusão deste tipo de música com o country e o estilo sincopado das grandes orquestras jazz das décadas passadas nasceu algo a que mais tarde se viria a chamar ROCK AND ROLL.

(Continua)

DISCOS «ROCK» — BILL HALEY & THE COMETS

É claro a quem ouvir este disco que só o título chega para o definir, porque o que vem lá dentro é mesmo esse ritmo frenético, com saxofones e piano — o Rock!

É mais um álbum gravado em Nashville, e que comprova a fidelidade de Bill Haley ao som dos anos 50 e as canções que fizeram a sua glória, das quais duas são incluídas no LP-DIM, DIM THE LIGHTS e BURN THAT CANDLE, já anteriormente editadas em Portugal no álbum «ROCK AROUND THE CLOCK», e mais alguns novos temas de B. Haley bastante bons — «FAREWELL, SO LONG GOODBYE» e «R-O-C-K», entre outros. JUST ROCK'N'ROLL, MUSIC — BILL HALEY & THE COMETS.

Este álbum já anterior a «Rock» apresenta-nos um belo sortido de canções dos anos 50, que me fazem admirar ainda mais Bill Haley — BLUE SUEDE SHOES, de Carl Perkins, LAWDY MISS CLAWDY, de Lloyd Price, CRAZY MAN CRAZY, já anteriormente editado por Bill Haley com sucesso retumbante, e ROCK AND ROLL MUSIC, do imortal Chuck Berry. Mais um álbum que não nos deixa esquecer a importância de Bill Haley, que continua fiel às canções que fizeram sucesso há 25 anos.

CLUBE DESPORTIVO E RECREATIVO QUARTEIRENSE QUARTEIRA

Convocatória

Usando da faculdade que me confere os Estatutos deste Clube, convoco a Assembleia Geral Ordinária, para o dia 26 do corrente mês de Abril, pelas 21,30, na sede deste Clube, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º — Apreciação e votação das contas de Gerência, e bem assim Parecer do Conselho Fiscal.
- 2.º — Eleição dos novos corpos gerentes para a época de 1980/81.
- 3.º — Qualquer outro assunto de interesse para o Clube.

Não havendo número suficiente de sócios, fica a mesma transferida para uma hora depois com a mesma ordem de trabalhos.

Quarteira, 7 de Abril de 1980.

O Presidente da Assembleia Geral,

Quirino de Sousa Mealha

LOULÉ



JOSÉ JERÓNIMO GUERREIRO
AGRADECIMENTO
E MISSA DO 30.º DIA

Maria Cândida Gonçalves O. J. Guerreiro, seu filho José Manuel Oliveira Jerónimo Guerreiro e restante família, desejando evitar qualquer falta involuntária, por desconhecimento de moradas e ilegitimidade de assinaturas, imensamente consternados cumprem o grato dever de exteriorizar a sua mais profunda gratidão a todas as pessoas amigas que se interessaram durante a sua doença e se dignaram acompanhar o seu saudosos extinto à sua última morada ou que se qualquer modo lhes manifestaram o seu pesar.

Participam também que a Missa do 30.º Dia pelo seu eterno descanso será celebrada no dia 28 de Abril de 1980, pelas 8,30 horas, na Igreja da Matriz.

Evocação de um litígio de sambrasenses e louletanos...

(continuação da pág. 1)
ponto são dignos de unânime
admiração louletanos e sambrasenses da témpora antes que-
brar que torcer!

A brilhante descrição de Pe-
dro de Freitas, constitui justa
evocação e homenagem póstu-
ma aos indivíduos que coloca-
vam acima dos seus interesses
materiais, os interesses dos seus
conciudadãos! Que chocante con-
traste entre a mentalidade des-
sa pleiade de destemidos luta-
dores, e a beatífica santidade
da elite do não te rales, hoje em
dia sistema profusamente ge-
neralizado!

S. Brás de Alportel teve mui-
tas gerações a marcar passo,
sem rasgos, nem iniciativas pes-
soais ou colectivas de vulto! Os
homens influentes tinham muita
garganta e poucas obras! Ti-
midos, tinham um medo horri-
vel de meter o nariz nos ga-
binetes ministeriais reivindicando
um pouco de justiça para as
suas esquecidas terras! Se real-
mente o ramal ou qualquer coisa
do género contemplasse S.
Brás, a indústria corticeira teria
promovido esta terra a gran-
des alturas! Em vez dos seus
escassos 8 000 habitantes talvez
fosse o dobro ou o triplo, pois
as condições para proliferar
continuum intactas. Não falta-
riam escolas e liceus, e até se
candidataria à Universidade...
Esta sugestão teve aliás honras
de imprensa regional! Já obser-
varam que o Plano de Urbaniza-
ção, ignorou escandalosamente
a localização do Colégio S.
Brás, uma instituição de cul-
tura de tanto prestígio? Como
são possíveis tais birrinhas, com
o seu mistério inexplicável? Me-
recia a pena detetar os respon-
sáveis de actos tão baixinhos!
Que obscuros processos demo-
cráticos!

Enfim, nem todos temos ser-
vido a nossa terra como ela me-
rece! É lamentável que no as-
pecto turístico as soluções con-
tinuem adiadas! Não tem havi-
do da parte dos responsáveis
tentativas válidas e exequíveis,
porque ninguém pensa em ter-
mos turísticos, nas imensas po-
tencialidades da nossa linda
terra!

O Plano de Urbanização de-
veria apontar muito concreta-
mente neste sentido, demarcando
os pontos mais sensíveis dos
espaços geográficos e da fauna
e flora locais. Não faltam no
concelho riachos pitorescos à
espera de barragens e represas
para o turismo e desporto! Por
outro lado, o seu perímetro de
matos com urzes medronheiros
e pedrarias, são refúgios natu-

rais das espécies cinegéticas, an-
te a tremenda actividade de de-
zenas de caçadores furtivos
actuando pela calada da noite,
e até temerariamente à luz do
dia!

Os nossos comentários, como
de costume vão ser objecto de
crítica intencionalmente detur-
padora das nossas intenções, em
magnas assembleias, à guisa de
tribunal! Haverá a encenação
costumeira e crítica mordaz de
«patrões» infalíveis, pressionan-
do os menos esclarecidos a per-
filharem o seu ângulo interpre-
tativo que julgam divergir do
artculista! Mas ao fim e ao
cabo, nós supomos interpretar o
critério da maioria!

Porque será que o Plano de
Urbanização rumou para a Cal-
çadinha? Porque será? Parece-
nos uma edição singularmente
evocativa dos processos antigos,
espécie de caminhos para as
propriedades... Talvez uma mu-
dança inovadora, pois o alvo
será agora a vaquinha da cons-
trução civil? Despretenciosa-
mente aqui fica esta pergunta
no ar, formulada por muita
gente curiosa!

F. CLARA NEVES

Ao Divino Espírito Santo

Agradeço graça recebida e
pede perdão pelo atraso.
M. F. — Paris

Trespasa-se

Perfumaria Ideal, na Rua
Gago Coutinho, 29 em Quar-
teira.

Tratar no próprio local.

VENDE-SE

APARTAMENTO

Por estrear, com 4 assoa-
lhadas, situado na Rua Jo-
sé da Costa Guerreiro —
Telef. 62029 — LOULÉ.
(2-1)

VENDE-SE

FORD CORTINA 1300.
Bom estado. Com 4000 Km.
Informa na Rua de S. Pau-
lo (frente à central eléctrica)
— LOULÉ.

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno
António da Rosa Pereira
da Silva

Certifico, para efeitos de
publicação, que neste Cartó-
rio e no livro de notas para
escrituras diversas, n.º B-
113, de fls. 137, v.º, a 140,
se encontra exarada uma es-
critura de justificação nota-
rial, outorgada hoje, na qual
Susana Maria de Gouveia
Cruz Ruhle, casada segundo
o regime de separação de
bens, residente na Alemanha,
em Basrbutthel, Birkenweg,
8, e em Portugal, na cidade
de Amadora, se declarou do-
na e legítima possuidora,
com exclusão de outrém, do
seguinte prédio:

Rústico, constituído por
uma courela de terra de se-
mear, com árvores, no sítio
do Corgo da Gondra, fregue-
sia de Almansil, concelho de
Loulé, confrontando, actual e
correctamente, do norte e
nascente com José Martins
Nunes, do sul com Estrada
da Quinta do Lago e do poente
com Altino Loureiro Bor-
ges, omissa na Conservató-
ria do Registo Predial deste
concelho, e inscrito na res-
pectiva matriz predial sob o
artigo número três mil nove-
centos e setenta e oito, com
o valor matricial de mil e
sessenta escudos e o decla-
rado de cento e sessenta mil
escudos;

Que este prédio pertence
à justificante pelo facto de
o haver comprado a Laurin-
da da Conceição Domingos
e marido, José Faísca da
Silva, naturais da freguesia
de Almansil, concelho de
Loulé, residentes no sítio de
Escanxinas, da mesma fregue-
sia, casados segundo o
regime da comunhão geral
de bens, pelo preço de cen-
to e sessenta mil escudos,
através da escritura lavrada
em trinta de Março do ano
findo, a folhas sessenta e
três, verso, do livro número
cinco-B, de notas para escri-

turas diversas, do Cartório
Notarial de São Brás de Al-
portel;

Que atendendo ao dispo-
sto no artigo treze, número
um do Código do Registo
Predial, não é aquela escri-
tura título suficiente para re-
gisto, a verdade, porém, é
que os transmitentes, os alu-
didos Laurinda da Conceição
Domingos e marido, eram
por sua vez donos e legíti-
mos possuidores, também
com exclusão de outrém, do
prédio supra descrito e en-
tão vendido, porquanto:

1. No inventário orfanoló-
gico, que foi instaurado e
correu seus termos no Tri-
bunal Judicial desta comar-
ca de Loulé, por óbito de
Maria Anselmo, que faleceu
em vinte e nove de Julho de
mil novecentos e vinte e no-
ve, no estado de casada em
primeiras núpcias de ambos
e segundo o regime da co-
munhão geral de bens, com
Manuel Domingos e residiu
no sítio de Escanxinas, da
freguesia de Almansil, con-
celho de Loulé, foi relaciona-
do sob a verba número seis,
um prédio rústico, no aludi-
do sítio do Corgo da Gon-
dra, ou Gondra inscrito na
respectiva matriz predial sob
parte do artigo rústico nú-
mero três mil cento e vinte
e nove, o qual,

Foi adjudicado e ficou a
pertencer, em comum e em
partes iguais, às filhas, Vir-
gínia Anselmo, então viúva,
e à referida Laurinda da Con-
ceição Domingos, então sol-
teira, menor, ambas residen-
tes no aludido sítio de Es-
canxinas, entre outros bens,
em pagamento das suas res-
pectivas quotas hereditárias,
tendo as partilhas do referi-
do inventário, sido julgadas
por sentença de um de
Agosto de mil novecentos
e trinta, que transitou em
julgado;

2. Em data imprecisa, mas
que sabe ter sido por volta
do ano de mil novecentos e
quarenta, as referidas inte-
ressadas, Virgínia Anselmo e
Laurinda da Conceição Do-
mingos, casada segundo o
regime da comunhão geral

de bens, com José Faísca
da Silva, procederam à divi-
são e demarcação do prédio
que lhes havia sido adjudica-
do em comum e em par-
tes iguais, pelo citado inven-
tário, em dois quinhões ou
novos prédios, tendo a alu-
dida Laurinda da Conceição
Domingos, e marido, recebi-
do em pagamento da quota
ideal ou fracção de metade,
que possuíam no prédio de
origem, o actual artigo nú-
mero três mil novecentos e
setenta e oito, descrito nes-
ta escritura: — esclarecendo
que a divisão e demarcação
de que resultou este prédio,
e o que foi adjudicado à in-
teressada Virgínia Anselmo,
foi celebrada por um mero
contrato verbal nunca redu-
zido a escritura pública; —
sendo também certo,

Que desde aquela data,
portanto, há muito mais de
trinta anos, sempre os trans-
mitentes, os aludidos Laurin-
da da Conceição Domingos
e marido, passaram a pos-
suir o prédio supra descrito,
em nome próprio e sem a
menor oposição de quem
quer que fosse, posse sem-
pre exercida sem interrup-
ção e ostensivamente, com
conhecimento de toda a gen-
te, sendo por isso, a sua pos-
se pacífica, contínua e públi-
ca, pelo que na data em que,
pela citada escritura de trin-
ta de Março do ano findo,
venderam à justificante, Su-
sana Maria de Gouveia Cruz
Ruhle, também já o haviam
adquirido por usucapião;

Que em face do exposto,
não tem a justificante, pos-
sibilidade de comprovar a
aquisição do prédio supra
descrito, e então vendido,
pelos referidos Laurinda da
Conceição Domingos, e ma-
rido, pelos meios extrajudi-
ciais normais; — consignan-
do-se por último, que apa-
rece como titular da referi-
da inscrição matricial Carl
Ludwig Gunther Ruhle, mari-
do da compradora, por lapso,
que oportunamente será rec-
tificado.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Lou-
lé, 2 de Abril de 1980.

O 2.º Ajudante,

Fernanda Fontes Santana

CASAMENTO

Cavalheiro de 33 anos,
solteiro, electricista, c/ casa
posta, pretende senhora sol-
teira ou viúva para fins ma-
trimoniais.

Resposta para Albertino
da Costa de Sousa — Es-
tação de Loulé — LOULÉ-
GARE.

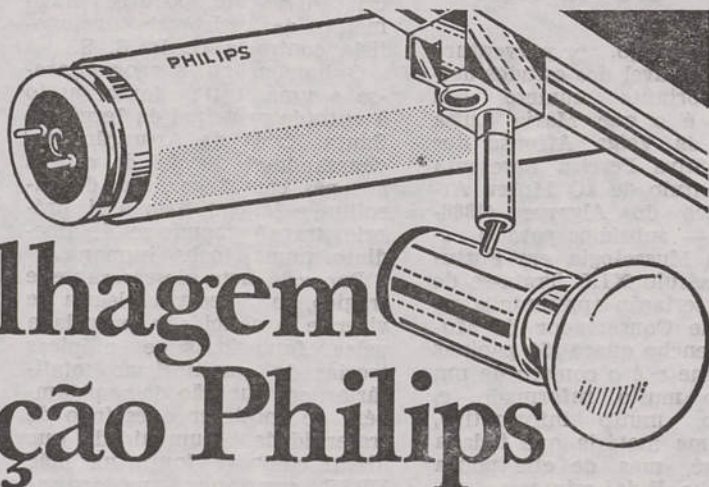
PRECISA-SE

Apartamento ou casa pa-
ra alugar em Quarteira, ao
ano. Paga-se bem.

Tratar com Marco Biebel
— Telef. 94353 — ALMAN-
SIL.

(2-1)

Lâmpadas e toda a aparelhagem de iluminação Philips



Estabelecimentos

jomeluz

COMÉRCIO DE ARTIGOS ELÉCTRICOS, LDA.

Rua Dr. Justino Cúmano, 13
Telefone 24432 - 24021 - 26018
8000 FARO

Visite as
NOVAS INSTALAÇÕES

A JUNTA DE FREGUESIA DE QUARTEIRA PROCURA SOLUÇÕES PARA PROBLEMAS LOCAIS

Segundo informações que amavelmente nos foram prestadas pelo actual presidente sr. José Coelho Júnior, a Junta de Freguesia de Quarteira está procurando resolver problemas que estão ao alcance da sua competência e possibilidades económicas, sem contudo descurar soluções mais vastas para problemas de maior amplitude e que desde há muitos anos se arrastam incompreensivelmente.

É, pois, com satisfação que podemos dizer que foram concluídas as ruas cujos trabalhos foram iniciados pela Junta anterior. Os custos ultrapassaram os 1.000 contos. Foi feita parte da Rua Gago Coutinho (acesso ao mercado semanal), tendo ficado concluída a ligação da zona da Lota a Vilamoura, e ainda uma passagem de acesso à Lota, obra que muito beneficia os pescadores.

—Conseguiu-se arranjar as casas de banho das escolas, que há muito estavam de tal forma degradadas que nem podiam ser utilizadas.

—Apesar das grandes dificuldades propositadamente levantadas, a Junta conseguiu proceder à demolição de um velho casarão que servia de depósito de materiais aquando da construção de um bloco a norte do Hotel Toca do Coelho e que depois passou a servir de «casa de habitação». Desimpedida a rua, está agora a proceder-se à sua pavimentação.

—A Junta já encetou contactos com os serviços de Segurança Social, de forma a procurar receber dessa instituição, a chave do Jardim Escola e está fazendo diligências no sentido de conseguir a sua abertura já no próximo mês de Agosto.

—Em recente reunião da Junta foi debatido o problema das barracas na praia, procurando-se uma solução para o tipo de barracas a autorizar.

—Por interferência da Junta, foi conseguido que a Cooperativa de Leite colocasse em Quarteira 3 postos em alumínio.

—Foi aprovada a construção de uma nova capela no cemitério local.

—Foi conseguido um acordo com o sr. Manuel Coelho Mendes para cedência de uma importante parcela do seu terreno (a título gratuito) para que, finalmente, possam ser iniciados os trabalhos da já célebre Estrada de Penetração, admitindo-se que já no próximo Verão seja possível transitar por ela.

—Apesar das diligências feitas insistentemente, não foi ainda possível ver concluído o es-

tudo de electrificação das casas pré-fabricadas que se destinam a alojar os moradores da futura Avenida de Penetração.

No curto espaço de apenas 3 meses, a Junta de Freguesia não conseguiu fazer muito mais trabalho do que aquele atrás mencionado, mas vai trabalhar afinadamente para fazer mais e melhor. Assim o permitam as suas possibilidades económicas e a boa vontade das entidades que têm obrigação de colaborar no sentido de melhorar as condições de vida de uma terra que tem aspirações a ser vila.

Por isso, entre as carências mais urgentes, a Junta vai continuar insistindo para que seja limpa e coberta a tristemente conhecida «Valea Reals», cujos trabalhos estão orçados em 600 contos.

—Vai tentar acordo com os proprietários dos terrenos a expropriar para que possa ser construída uma Avenida paralela à Marginal, para descongestionar o trânsito numa zona tão frequentada por peões.

—Apesar das diligências já efectuadas, ainda não foi possível conseguir a ligação da electricidade para o Jardim Escola nem sequer a respectiva vedação. Tão pouco se conseguiu a cedência do terreno para a posse da Junta.

—Procura-se uma solução urgentíssima para ampliação da zona de venda de peixe, mas nada foi ainda conseguido.

—Aguarda-se que a Câmara convoque o proprietário da casa da Rua da Fonte, para se chegar a acordo quanto à indemnização a pagar pela demolição que é necessário efectuar.

—A Junta sente-se perplexa pelo facto de ainda não terem sido iniciados os trabalhos do prosseguimento do passeio marginal, obra que devia ter sido iniciada em Setembro último e pergunta: porque motivo a obra não foi ainda adjudicada?

—É revelado que a Junta já tem projecto para um Parque Infantil e também tem verba e até local, que aliás já consta do Plano de Urbanização de Quarteira. A Junta entende que os serviços sanitários devem ficar junto do Parque Infantil e não junto à praia como a Câmara prevê, o que acarretaria maiores encargos com duplicação de pessoal assistente.

A Junta de Freguesia de Quarteira projecta a já iniciada a construção de cerca de 7.700 m² de ruas e já pediu orçamento para pavimentação do Largo das Cortes Reais (junto à Lota). Pretende também concretizar 2 das mais velhas aspi-

rações dos habitantes do sítio das Pereiras: construção da estrada e energia eléctrica.

—Estão a ser feitas tentativas de pôr a flutuar a prancha de saltos, a qual tem estado abandonada. Vai pedir orçamento para a reparação, após o que contactará com a CRTA pedindo apoio financeiro.

—Vão prosseguir as tentativas, de há muito iniciadas, no sentido de reabrir os serviços de maternidade existentes na Junta Central das Casas dos Pescadores e cujo encerramento tantos transtornos tem causado à população local.

—Tem a Junta também manifestado particular interesse em procurar encontrar um terreno que possa ser utilizado para a construção da sede do Quarteirense, uma legítima aspiração da massa associativa e que é urgente resolver.

Além de tudo isto, a Junta de Freguesia tem ainda um vasto plano de reparação de caminhos e ainda outras aspirações, cuja concretização não pode ainda ir além dos sonhos de ver uma Quarteira cada vez mais bela e progressiva.

Será desejável que outros Presidentes da Junta de Freguesia de Loulé também nos prestassem esclarecimentos acerca das suas actividades, em prol do progresso local.

UM POLACO SE IMOLOU PELO FOGO EM PROTESTO contra o totalitarismo russo

Anuncia o jornal «O Dia», que na cidade natal do Papa João Paulo II, um dissidente polaco, desiludido com o regime comunista, sufocante do seu povo, imolou-se pelo fogo na cidade de Cracóvia, junto à entrada da Igreja de Santa Maria da Assunção.

Ao lado da tocha humana, em que rapidamente se transformou, lia-se num cartaz: «Por Katyn — abaixo o totalitarismo». Katyn é o nome da floresta onde ocorreu o histórico massacre de 14.000 oficiais polacos, durante a 2.ª Guerra Mundial. Massacre atribuído em vão às «tropas de Hitler».

Katyn é palavra, que de há muito, é tabu na Polónia, por se referir ao misterioso massacre na floresta com o mesmo nome.

Embora as autoridades comunistas polacas, pretendam atribuir o holocausto às tropas nazis, muitos polacos bem informados, afirmam que os oficiais militares foram massacrados pelos soviéticos por receosos da criação de um possível movimento de resistência nacionalista contra a U. R. S. S.

O homem, antes acorrentar-se a uma antiga fonte, junto à entrada principal da Igreja de Santa Maria da Assunção, enchendo-se depois, da cabeça aos pés com 2 garrafas de gasolina e lançou fogo a si próprio, transformando-se de imediato numa tocha humana.

Por este acto desesperante e trágico, se aprecia a alegria de viver e a felicidade propalada pelas fantasiosas e utópicas teorias de igualitarismo totalitárias, em que não deixam também de enaltecer o espírito de fraternidade e humanidade, que dizem campear tanto na mãe URSS, como nos seus acossados e martirizados países satélites, onde casos como este não dão testemunho e nos oferecem juízos de valor das hodiernas e falaciosas promessas, que os «Partidos Comunistas», marxistas-leninistas, fazem para acorrentar incautos, que em vão, se deixam arrastar, pelo canto do cisne, transformando-os em seus famigerados correligionários ao serviço da U. R. S. S.

F. MATOSO

Juventude transviada Um problema universal

No mundo inteiro, um sem número cada vez maior de adolescentes se deixa empolgar por uma onda alarmante de febre de vandalismo, instabilidade emotiva e anarquia moral.

Embora, ainda grande maioria dos jovens dos treze aos vinte anos sigam trilhos construtivos e de respeitabilidade às leis, em quase todos os países se noticiam casos de actos insensatos de destruição, de cenas brutais e de promiscuidade sexual, de furto de um sem número de veículos pelo simples prazer de dirigi-los, praticamente por uma pequena minoria da juventude — minoria, porém, que está aumentando. Nesse quadro universal, um facto avulso: os jovens mais violentos encontram-se com frequência nos países mais desenvolvidos. E muitos vêm de lares ordeiros da classe média, nos quais a brutalidade e a imoralidade são tradicionalmente inconcebíveis.

Será que a prosperidade está relacionada com a conduta anti-social da juventude dos nossos dias? Alguns sociólogos são de opinião que a redução das horas de trabalho terá contribuído para a delinquência juvenil, pois não tem havido uma séria preocupação de melhor aproveitar os tempos livres, mal que também atinge os adultos do nosso tempo.

Melhor alimentação antecipa a puberdade, resultando uma sexualidade adulta em crianças emocionalmente ainda imaturas. Ainda dependentes dos pais, porque precisam completar a sua instrução superior, os rapazes explodem em actos de violência para provar que já não são crianças. Alguns são, em face das maiores exigências académicas de hoje, incapazes de serem bem sucedidos nos estudos, e procuram afirmar-se por meio de actos desregrados. Por isso os jovens viajam com facilidade, e nas cidades distantes do seu habitat eles se sentem em liberdade para proceder mais audaciosamente do que na presença de vizinhos.

Que se pode fazer? Como poderão as nações que se esforçam para elevar o seu padrão de vida evitar essa colheita má-sa de adolescentes anti-sociais?

Os governos têm que agir rapidamente para salvar a mocidade dos «perigos» da prosperidade. Em contraste com o evidente aumento da delinquência juvenil, que tem horrorizado tudo e todos, poderia surgir um

mundo mais fértil em actos e manifestações de índole genuinamente juvenis se as entidades públicas, edilidades e outras numa frente comum de defesa criassem, lançassem as sementes dos «clubes juvenis», nascendo daí frutos bem robustos. Esses «clubes juvenis» poderiam ser orientados, pelas entidades públicas, que funcionavam como super-visoras teriam esses mesmos agrupamentos várias actividades bem demarcadas: teatro, desportos, cinema, arqueologia, férias baratas e outras. Seria indubitavelmente uma forma satisfatória de combater o vandalismo e a delinquência juvenil, de os recuperar, porque todos são recuperáveis. Esses mesmo ex-vândalos poderiam zelar pelos seus interesses e salvaguardar e recuperar os seus ex-companheiros. «Só a juventude recupera a própria juventude». Preconizava e alvitava que todas as terras criassem os seus (grupos de amizade) destinados a fiscalizar o que os jovens fazem nas ruas, igrejas e repartições de assuntos juvenis e promovendo bailes juvenis regulares nos quais se proibia o consumo de bebidas fortemente alcoólicas. Limitando a proporcionar-lhes rock'n'roll em abundância, e deixamos que a rapaziada se divertia até não poder mais.

Providências como estas, porém, são pouco mais que paliativos. Enfim, é a falta de orientação dos pais a causa principal da devassidão e da delinquência. A solução definitiva terá que ser procurada no lar. «Os pais não devem abdicar das suas responsabilidades», os seus filhos precisam da sua ajuda e não das suas recriminações.

Uma das coisas mais importantes com que um pai pode (e deve) fazer por um filho é amar a mãe dos seus próprios descendentes.

Se os pais se dispuserem a analisar a sua própria conduta — a sua preocupação com a posse de bens materiais, as desonestidades praticadas com objectivos sociais ou comerciais, a fria aceitação da intolerância — é bem possível que encontrassem as sementes do mal proceder de seus filhos.

As crianças aprendem pelo exemplo daqueles que amam. Cabe às pessoas mais velhas da família estabelecer padrões de comportamento que os mais jovens possam respeitar.

LUIS SIMÕES

«Anais do Município de Faro»

Recebemos, há já várias semanas, o número 9 de Anais do Município de Faro.

É uma obra que se impõe à consideração de quantos se interessam pelos problemas dos municípios e também pela história. Porque o livro contém, naturalmente, relatório da gerência da Câmara respeitante a 1978 e respectivas contas. Contém também as bases do orçamento para 1979, o que significa que são documentos oficiais para registo e para o futuro, como informação que fica para a história da cidade e do concelho.

Trata-se de mais um valioso trabalho do eminente investigador e nosso ilustre conterrâneo e prezado amigo Prof. Pinheiro e Rosa, um estudioso que sente e vive apaixonadamente tudo o que a história tenha de mais aliciante.

Se é verdade que a sua alma interessa ao cidadão de hoje, não é menos importante que amanhã sirva de base a crónicas, historiadores e curiosos para quem o nosso tempo seja um passado distante.

Sem embargo, o porventura mais destacável dos estudos deste importante número dos «Anais» é o que Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos Silva Pereira apresenta com o título de «O Museu Arqueológico do Algarve (1880-1881)» — subsídios para o estudo da Museologia em Portugal no século XIX. Trata-se de uma dissertação apresentada no Curso de Conservador de Museu. Preenche quase 150 páginas do volume e é o começo de um trabalho muito informado e, portanto, muito informativo, sobre uma matéria que toda a gente vê, mas de que pouca gente sabe. E daí o interesse para quem quer aprender, que, apesar de tudo, sempre é mais do que parece à primeira vista.

Sobre a Biblioteca Municipal um rol dos livros do século XVI existentes. Pinheiro e Rosa dão-nos notícias, em pormenor, de uns dezasseis. E promete continuar. Como do mesmo modo continua a transcrever documentos do século XV do livro de Registo da Câmara de Faro.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE LOULÉ

A V I S O

Realiza-se no dia 28 do corrente mês, pelas 21 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, uma Sessão Ordinária desta Assembleia, com a seguinte ordem de trabalhos:

- A) — Período de antes da ordem do dia
B) — Período da ordem do dia:

- 1 — Definição dos critérios de constituição do Conselho Municipal.
- 2 — Criação de Comissões.
- 3 — Apreciação de pedido de suspensão de mandato.

C) — Período de intervenção do público.

Loulé, 8 de Abril de 1980.

O Presidente da Assembleia,
LUIS PONTES